



Universidade de Brasília
Instituto de Psicologia
Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO EM E PARA OS DIREITOS HUMANOS,
NO CONTEXTO DA DIVERSIDADE CULTURAL - EEDH**

**DIREITOS HUMANOS NO BRICS: UM ESTUDO DO PAPEL POLÍTICO NA
CULTURA EDUCACIONAL BRASILEIRA**

LANISSON ARAÚJO GONÇALVES

BRASÍLIA
2015



Universidade de Brasília
Instituto de Psicologia
Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*

LANISSON ARAÚJO GONÇALVES

**DIREITOS HUMANOS NO BRICS: UM ESTUDO DO PAPEL POLÍTICO NA
CULTURA EDUCACIONAL BRASILEIRA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como
requisito avaliativo do Curso de Especialização em
Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto
da Diversidade Cultural.

Prof^ª. Tatiana Lionço – Orientadora

BRASÍLIA
2015

“Direitos humanos, democracia e paz são três momentos necessários ao mesmo movimento histórico: sem direitos humanos reconhecidos, e protegidos não há democracia; sem democracia não há condições mínimas para a solução pacífica dos conflitos. Em outras palavras, a democracia é a sociedade dos cidadãos, e os súditos se tornam cidadãos quando deles passam a ser reconhecidos alguns direitos fundamentais; haverá paz estável, uma paz que não tem a guerra como alternativa, somente quando não mais houver cidadãos deste ou daquele Estado, mas do mundo.”

Michelangelo Bovero

RESUMO

Este trabalho examina as características e funcionalidades com relação ao mecanismo de poder do Estado na esfera pública no que tange aos projetos de diretrizes e funcionalidades educacionais. Para tanto, o trabalho é focado dentro do contexto histórico ante a transição pós-Guerra Fria, juntamente com os acontecimentos relevantes que demarcaram o surgimento da globalização; os cenários onde se desenvolveram as ações; os atores que deles participaram; e a relação de desenvolvimentismo que ali se estabeleceu. Compreende-se que os mecanismos estatais de educação refletem o resultado claro de um processo que emergiu paralelo à necessidade de democratização e evolução do Estado, cuja percepção final só pode ser entendida se analisarmos as mediações e conjunturas políticas que se deram durante suas elaborações. Neste sentido, em consequência ao estudo das políticas públicas educacionais que propiciaram a democratização do Estado, relacionado com o crescente e emergente desenvolvimento individual, identifica-se nas leis e projetos de educação a ampliação dos horizontes, da cidadania e, finalmente, da democracia. No intuito de maior compreensão dos universos estudados utiliza-se, como subsídio, a análise comparativa entre Brasil e o BRICS, buscando enfatizar o peso e característica político-econômica do país e do bloco, tanto no plano nacional, como no contexto internacional. As leis e projetos educacionais configuram-se, desta forma, um reflexo direto das expectativas dos diferentes grupos ligados a educação (em especial o indivíduo e o Estado) segundo o jogo de forças que ali se estabelece e se legitima, tendo como resultado uma grande diversidade de impactos em seus aspectos finais, de avanços e retrocessos na democratização do desenvolvimento dos direitos humanos.

Palavras-chave: Estado. Educação. Desenvolvimento. BRICS. Brasil. Direitos Humanos.

ABSTRACT

This paper examines the features and functionality in relation to state power mechanism in the public sphere with respect to project guidelines and educational features. To this end, work is focused within the historical context at the post-Cold War transition, together with relevant events that have marked the emergence of globalization; the scenarios, which have developed actions; the actors who took part in them; and development relationship that settled there. It's understood that education state mechanisms reflect the clear result of a process that emerged parallel to the need for democratization and development of the state, whose final realization can only be understood if we analyze measurements and political circumstances that occurred during their elaborations. In this sense, due to the study of educational public policies that led to the democratization of the state, related to the growing and emerging individual development, identified in laws and education projects to expand the horizons of citizenship and, finally, democracy. In order to further understanding of the studied universe is used as a subsidy the comparative analysis between Brazil and the BRICS, seeking to emphasize the weight and political-economic characteristic of the country and block, both nationally as internationally. Laws and educational projects are configured in this way, a direct reflection of the expectations of different groups linked to education (especially the individual and the state) according to the play of forces that there is established and legitimized, resulting in a large diversity of impacts in their final respects, advances and setbacks in the democratization of development of human rights.

Keywords: State. Education. Development. BRICS. Brazil. Human Rights.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ALCA** – Área de Livre Comércio das Américas
- BIRD** - Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
- BRICS** – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
- BM** – Banco Mundial
- EAP** - Estratégias de Assistência ao País
- EPT** - Educação para Todos
- FMI** – Fundo Monetário Internacional
- GEF** - Fundo Mundial para o Meio Ambiente
- ICSID** - Centro Internacional para Resolução de Disputas Internacionais
- IDA** - Associação Internacional de Desenvolvimento
- IFC** - Corporação Financeira Internacional
- MEC** – Ministério da Educação
- MERCOSUL** – Mercado Comum do Sul
- MIGA** - Organismo Multilateral de Garantia de Investimentos
- OMC** – Organização Mundial do Comércio
- ONG** - Organização Não-Governamental
- ONU** – Organização das Nações Unidas
- PDE** - Plano de Desenvolvimento da Educação
- PNE** - Plano Nacional de Educação
- PNUD** – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- SEM** - Setor Educacional do MERCOSUL
- UIS** - Instituto de Estatísticas da UNESCO
- UNESCO** - Programa das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
- USAID** - Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

SUMÁRIO

Introdução.....	08
Capítulo 1 - BRICS: Desafios e Perspectivas.....	10
1.1 – Os BRICS e a Agenda Internacional.....	10
1.2 - A conjuntura Política e Econômica dos BRICS	11
1.3 – O Sistema Educacional proposto nos BRICS.....	11
1.4 – Políticas Educacionais do Brasil para o BRICS: A importância do Estado na atual conjuntura.....	17
Capítulo 2 – Educação, Desenvolvimento e Direitos Humanos.....	18
2.1 – Desenvolvimento como Transformação.....	18
2.2 – A Abordagem Cultural.....	21
2.3 – A Abordagem Econômica.....	23
•	
Capítulo 3 – Políticas Públicas Educacionais e o Desenvolvimento Humano.....	24
3.1 – Políticas Públicas Educacionais: a Cidadania posta em prática.....	25
3.2 – Aplicação no contexto Externo: A atuação de Organismos Internacionais.....	26
3.2.1 – UNESCO.....	27
Conclusão.....	30
Bibliografia.....	32

Introdução

Diante da expansão real, concreta e imediata da Globalização, o mundo vive hoje um cenário constantemente marcado por mudanças, seja pela esfera da transformação econômica-tecnológica, ou na esfera político-social. Essas transformações moldaram (e ainda moldam) significativamente a forma como compreendemos, construímos e agimos no mundo. Por certo, nunca antes na história as linhas de fronteiras estiveram tão ultrapassadas, ao passo de se confundir as nações outrora separadas e caracterizadas apenas pelo seu caráter geográfico.

O objetivo deste trabalho é discutir acerca do processo de valorização, aprimoramento e internacionalização do desenvolvimento individual (humano e social) a partir da intervenção do Estado aliado à educação, avaliando a importância e peso estratégico que essa relação adquire no âmbito internacional (e mundial), na forma de blocos econômicos (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul - BRICS).

É nesse patamar, cada vez mais competitivo, informatizado e multicultural, que os Estados adquirem o papel principal na fomentação ao desenvolvimento, em suas mais diversas formas e manifestações. O quadro mais perceptível é o de que é impossível pensar, hoje, em dois ou três mundos distintos, politicamente falando. É equivocado pensar no mundo “pobre” e no mundo “rico”, separadamente.

Essa nova conjuntura (oriunda da globalização) política/econômica mundial é composta pelos blocos emergentes, diversificados e econômicos, onde o BRICS surge e se insere.

Como objetivos específicos, a pesquisa visa analisar o potencial da cultura brasileira e compreender o papel estratégico desempenhado pelo Brasil (sociedade civil e agentes institucionais) no cenário do desenvolvimento. Estuda-se, também, o peso econômico que a língua adquire, nessa nova conjuntura, mundialmente falando.

O conceito de desenvolvimento aqui trabalhado é o que está ligado aos direitos humanos, na esfera do desenvolvimento das capacidades. Nesse sentido, cabe ao governo gerar e prover as condições mínimas para a sustentabilidade de seu povo, tais como saúde, educação, segurança e políticas públicas (SEN, 2000).

As novas abordagens em educação dos cinco países, construídas com base na experiência do BRICS em aproveitar sua capacidade doméstica na área, fornecem valiosas informações para países em todo o mundo. É nesse sentido que esta pesquisa mostra sua relevância, pois apresenta um novo ponto de vista sobre os programas de cooperação em desenvolvimento humano e social, sugerindo que seu impacto pode ser multiplicado por meio de ações e atitudes, de fato, conjuntas.

A metodologia utilizada é, essencialmente, qualitativa. Analisou-se documentos oficiais e históricos para o estudo de caso. É com base nos fundamentos de relatórios, dados políticos e de organizações internacionais que a pesquisa se sustenta, metodologicamente falando. Também foi levado em consideração a área de formação do autor do trabalho (Relações Internacionais) e sua afinidade com o tema. A proposta interventiva de pesquisa, neste caso, justifica-se a partir da análise desses documentos diante da perspectiva do BRICS para o desenvolvimento (ênfático na educação) a partir de uma análise normativa com as principais estratégias da Organização das Nações Unidas (ONU), no intuito de problematizar, evidenciar ou mesmo exemplificar as perspectivas dos Direitos Humanos, em sua totalidade e potencialidade.

O trabalho ainda dedica especial atenção ao desenvolvimento de habilidades, especialmente em educação, que os cinco países têm identificado como um elemento vital para o crescimento mais inclusivo e o desenvolvimento sustentável. Melhorar os dados sobre habilidades, elevar os padrões, criar vínculos mais fortes com o mercado de trabalho e propiciar a grupos desfavorecidos formação e acesso aos empregos são preocupações políticas importantes para o BRICS.

A pesquisa evidencia o compromisso do bloco para facilitar a cooperação em matéria de educação, ao fornecer uma análise e funcionar como um ponto central para a troca de conhecimento. Espera-se, ainda, que também sirva de inspiração, ao mostrar o que pode ser alcançado quando os países colocam a educação no topo de sua agenda de crescimento e desenvolvimento.

Finalmente, é nessa corrente de diálogo entre culturas, é que se insere o presente estudo. Os direitos humanos são uma grande preocupação no que se refere ao BRICS. Desse modo, pretende-se abordar algumas questões relativas aos direitos sociais. Não se tem pretensão de tratar o tema suficientemente, o que seria inviável. O objetivo fundamental deste trabalho é introduzir alguns aspectos que possam, futuramente, vir a ser desenvolvidos.

Capítulo 1 - BRICS: Desafios e Perspectivas

Neste primeiro capítulo, a pesquisa aborda especificamente o contexto do surgimento e atuação do BRICS e faz uma breve análise no que tange à sua postura política como (novo) bloco hegemônico, sua relação diplomática com os demais países e o contexto educacional no qual o bloco trabalha. As principais características políticas que marcaram a atuação internacional do BRICS, seguidas pela agenda contemporânea dos novos desafios são o tema dos itens que se seguem. Por fim, e não menos importante, o estudo faz um panorama direto entre a conjuntura político-econômica e o contexto educacional do Brasil no bloco, exemplificando estratégias, mecanismos e analogias perante a conjuntura educacional pública comparada ao viés do Estado.

1.1 - O BRICS e a Agenda Internacional

Inicialmente formulada pelo economista-chefe da Goldman Sachs, Jim O'Neil, a ideia do BRICS surgiu em um de seus estudos de 2001, intitulado “*Building Better Global Economic BRICs*”. A partir daí, fixou-se como categoria da análise nos meios econômico-financeiros, empresariais, acadêmicos e de comunicação.

Em 2006, o conceito deu origem ao agrupamento, propriamente dito, incorporado à política externa de Brasil, Rússia, Índia e China. Em 2011, por ocasião da III Cúpula, a África do Sul passou a fazer parte do bloco, que adotou a sigla BRICS.

Resumidamente, como bloco econômico, o BRICS oferece aos seus cinco países membros um espaço para o diálogo, identificação de metas, prioridades e (re)configuração em relação a temas diversos; bem como a ampliação, a cooperação e o fortalecimento dos países, em setores específicos.

É, pois, um dos maiores e mais destacados blocos políticos da atualidade.

1.2 – A Conjuntura Política e Econômica dos BRICS

O modelo de política externa do BRICS, desde sua consolidação, foi marcado por diversas variações que evidenciaram ainda mais o fato de que as percepções específicas de cada governo prevaleceram sobre objetivos estratégicos de longo prazo. A atuação política que os Estados membros do bloco desempenharam no contexto da globalização seria, dessa forma,

resultado não de propósitos definidos com base no consenso entre segmentos da sociedade com interesses no ambiente internacional e com capacidade de participar positivamente do processo decisório, mas sim dos interesses políticos regionais e das formulações ideológicas inerentes a cada grupo político presente na história dessas regiões.

Neste ponto, dada a condição do BRICS, a execução de sua política externa como bloco hegemônico deve, antes de tudo, basear-se no pressuposto de evitar (ou pelo menos minimizar) qualquer tipo de confronto ou rivalidade com as principais potências mundiais (diga-se, em especial os Estados Unidos da América e a Europa), no intuito reduzir ou eliminar por completo qualquer tipo de risco ou ameaça que favoreça negativamente a imagem dos países no sistema internacional.

Vale ressaltar que, apesar da preocupação em se alinhar com as principais potências mundiais a nível global e estratégico, a diplomacia do BRICS se mantém nos limites do próprio BRICS. Ainda assim, os países do bloco mantiveram-se coesos durante todo o tempo em que a proposta de formação dessa aliança esteve presente na agenda de consolidação estratégica.

1.3- O sistema educacional proposto nos BRICS

(...) Desde a origem da constituição dos Estados nacionais, os comportamentos sociais e a organização da educação pública manifestaram diferenças significativas que são relevadas por esta reforma. No entanto, nos estudos das últimas décadas sobre a reforma educacional na América Latina e Caribe, não tem sido privilegiada esta inflexão – nem naqueles que a legitimam nem, tampouco, na maioria daqueles que fazem uma avaliação crítica. (WANDERLEY e KRAWCZYK, 2003: 125)

O relacionamento entre educação e desenvolvimento econômico sempre esteve presente nas orientações de políticas públicas dos blocos econômicos, como um todo. No entanto, historicamente falando, destacava-se também a função normativa que as camadas populares exerciam sob a constituição da cultura e do Estado nacional para o alcance ao objetivo de formação cidadã. Entretanto, nos últimos anos (na verdade, décadas), tais valores estão sendo gradualmente abandonados, e a educação tem comumente sido vista de modo bastante restrito, apenas como fator instrumental para a competitividade da economia e também para situar os indivíduos no mercado, certamente influenciados através das orientações internacionais (WANDERLEY e KRAWCZYK, 2003:76).

Percebe-se que, no Brasil, a partir de meados de década de 1990, a educação pôde ser vista como uma das prioridades do governo, que buscou adequar o sistema de ensino à reforma do Estado, imposta pela conjuntura econômica internacional. Condicionado basicamente pelo impacto da hegemonia de mercado e pela contenção dos recursos públicos, a principal característica dessas ações foi a implementação de um modelo de ensino que procurou subordinar o sistema educativo às orientações e necessidades prioritárias da economia (DEVOTO e FAUSTO: 2004).

Ainda no que diz respeito ao tema da qualidade educacional, ela tem sido tratada apenas sob a ótica da evasão e da repetência, por meio de indicadores numéricos de produtividade. Esta restrição, muitas vezes acaba por não medir processos educativos, apenas resultados, e muitas vezes de maneira extremamente limitada. “Talvez este seja um dos temas mais difíceis de ser tratado: como definir e medir qualidade aliada ao controle social” (WANDERLEY e KRAWCZYK, 2003: 80).

No contexto do BRICS, mais especificamente, considerando sua diversidade e os desafios comuns que enfrentam na educação e no desenvolvimento das habilidades, o bloco possui várias oportunidades para compartilhar conhecimentos e experiências, bem como de aprender uns com os outros, por meio de iniciativas conjuntas. Com base no relatório da UNESCO, foram definidas as áreas com potencial para colaboração inicial. Essas recomendações refletem e têm como base propostas feitas pelos cinco países na primeira reunião de ministros da educação dos BRICS, realizada em novembro de 2013.

São elas:

Recomendação 1: Compartilhar conhecimentos sobre administração e mecanismos de financiamento, para aumentar a igualdade e a qualidade das escolas públicas.

Os BRICS inovam, com diferentes formas de distribuir autoridade, responsabilidades e recursos financeiros, tanto no âmbito de governo nacional quanto regional. O compartilhamento dessa ampla experiência, por meio de um diálogo político estruturado, beneficiaria os países comprometidos a combater as desigualdades na educação e a melhorar os padrões das escolas públicas.

Recomendação 2: Comparar experiências na concepção e na implementação de avaliações nacionais do desempenho de estudantes.

Todos os BRICS têm investido de forma considerável em sistemas nacionais de avaliação. Existe um vasto campo para os BRICS aprenderem uns com os outros, especialmente na concepção da avaliação; no gerenciamento e na utilização de informações para embasar reformas políticas; e ao analisar os benefícios de se participar em avaliações regionais e internacionais.

Recomendação 3: Unir forças para melhorar a qualidade dos dados educacionais.

Ao mesmo tempo em que o BRICS busca cumprir seu compromisso de aumentar a qualidade dos dados educacionais, eles enfrentam muitos desafios comuns, como reunir dados de sistemas educacionais amplos e muitas vezes descentralizados, coletar dados desagregados para melhor identificar as situações de desigualdade e informar dados comparáveis entre estados/províncias e entre países. Os BRICS poderiam estabelecer um grupo de trabalho técnico, formado por representantes de suas agências de estatística, para compartilhar experiências e soluções nessas áreas.

Melhorar o nível de organização de dados comparáveis será essencial para o diálogo político efetivo do BRICS sobre a educação. Além disso, maior colaboração entre as agências de estatística dos BRICS e entre essas agências e organizações internacionais, ajudaria a melhorar o gerenciamento de dados internacionais e permitiria monitoramento e análise mais efetivos sobre as tendências educacionais nos BRICS. Esses esforços seriam complementos importantes para o compromisso realizado pelos líderes dos BRICS na Declaração de Fortaleza de trabalhar no desenvolvimento de metodologias conjuntas para indicadores sociais.

Recomendação 4: Gerenciar a rápida expansão do ensino superior.

Para absorver a demanda crescente da educação superior, os BRICS devem desenvolver políticas sólidas que os permitam disponibilizar esse nível educacional a todos. Os BRICS devem também compartilhar sua considerável experiência nessa área, que oferece valiosas oportunidades ao diálogo político em questões sobre como gerenciar o aumento de prestadores privados, como tornar a educação superior acessível a grupos marginalizados e de baixa renda e como entender os benefícios e os riscos potenciais das novas tecnologias (incluindo programas *online* e ensino a distância).

Recomendação 5: Facilitar a mobilidade de estudantes e de profissionais da educação, em particular entre os BRICS.

Todos os cinco países do BRICS enfatizam programas de intercâmbio de instituições de formação e de ensino superior em suas propostas ou em suas políticas atuais, mas esses intercâmbios permanecem pouco desenvolvidos, se comparados aos que ocorrem entre os BRICS e países vizinhos. Um primeiro passo de ordem prática seria intensificar o intercâmbio de estudantes, professores e formadores, por meio da criação de redes de universidades e instituições de formação dos BRICS, como previsto na iniciativa para estabelecer a Rede de Universidades dos BRICS. Essas redes permitiriam que professores e formadores, de forma conjunta, desenvolvessem e/ou oferecessem cursos, bem como facilitassem o reconhecimento mútuo de qualificações e a transferência de créditos entre as instituições participantes.

Um importante passo relacionado a isso seria os BRICS utilizarem mais as Convenções Regionais da UNESCO para o reconhecimento de qualificações, bem como para se comprometer e apoiar o processo de elaboração de uma convenção mundial. O uso eficiente de instrumentos internacionais de padronização e marcos de qualificações é essencial para se garantir a qualidade da educação superior além das fronteiras nacionais, assim como a coerência dos esforços bilaterais e multilaterais para aumentar a mobilidade dos estudantes.

Recomendação 6: Desenvolver sistemas de informação sobre o mercado de trabalho, bem como a capacidade de analisar e prever a necessidade de habilidades.

Os BRICS se beneficiariam com a criação de um Observatório do Mercado de Trabalho comum, apoiado por uma rede de instituições dos BRICS responsáveis por sistemas de informação e desenvolvimento humano. Num primeiro momento, o Observatório poderia tomar a forma de um *website* compartilhado, abrigado por um país-membro ou por um parceiro internacional relevante, como o Centro Internacional da UNESCO para Ensino e Formação Técnica e Profissional (UNESCO/UNEVOC), por meio do qual os BRICS poderiam compartilhar informações, modelos e práticas promissoras para o monitoramento, a análise e a previsão da necessidade de habilidades. Esse site poderia ser alimentado por uma rede de instituições relevantes dos BRICS, que colaborariam para fortalecer suas capacidades e coletar, processar e disseminar dados e informações e, quando for importante, desenvolver indicadores para comparação.

Recomendação 7: Conceber e implementar marcos nacionais de qualificações e padronizações para as habilidades.

Marcos são essenciais para tornar as qualificações mais compreensíveis e mais fáceis de serem comparadas entre países. Todos os BRICS estão realizando reformas em seus sistemas

de qualificações e, cada vez mais, têm vinculado marcos na área com arranjos para garantir a qualidade e a validação da aprendizagem não formal e informal. A criação de uma plataforma para o diálogo ajudaria o BRICS na concepção e na implementação de marcos nacionais de qualificações. Também permitiria que os BRICS desenvolvessem abordagens relevantes para o reconhecimento internacional de qualificações, o que facilitaria a mobilidade de estudantes entre os países.

Recomendação 8: Fortalecer os vínculos entre empresas e instituições e facilitar a aprendizagem no local de trabalho, especialmente no nível secundário.

Todos os BRICS buscam formas de fortalecer o vínculo entre o treinamento de habilidades e as necessidades do mercado de trabalho. Uma estratégia fortemente encorajada por todos os BRICS é a expansão de sistemas de aprendizado e outras formas de aprendizagem no local de trabalho. A criação de uma plataforma para o diálogo ou a revisão por pares, por meio das quais gestores de políticas e representantes do setor privado poderiam examinar diferentes questões – como mecanismos de coordenação do desenvolvimento, para comprometer as empresas no planejamento, no estabelecimento de padrões e na elaboração de currículos – ajudaria o BRICS a estabelecer uma cooperação mais efetiva entre escolas profissionalizantes e empregadores.

Outra valiosa iniciativa conjunta seria estabelecer uma aliança dos BRICS para a cooperação entre empresas e instituições de ensino para a aprendizagem no local de trabalho. A aliança reuniria grandes empresas, federações de empregadores e administrações trabalhistas (sindicatos) dos BRICS para compartilhar práticas e desenvolver campanhas de apoio para fortalecer a colaboração entre empresas e instituições educacionais.

Recomendação 9: Concepção de políticas para atender às necessidades de formação de mulheres e de grupos desfavorecidos, além de facilitar sua transição para o mercado de trabalho.

Atender às necessidades de formação de mulheres e de grupos desfavorecidos, bem como melhorar sua participação na força de trabalho, é um desafio político comum para todos os BRICS. A criação de uma rede na qual gestores de políticas e outras partes interessadas possam examinar as políticas e programas que disponibilizem FEP para grupos excluídos ajudaria os BRICS a aprimorar a igualdade social e de gênero, a reduzir o desemprego e a aumentar a produtividade econômica.

Questões que poderiam ser tratadas incluem tornar o aprendizado e a formação no local de trabalho mais atrativos, relevantes e acessíveis a mulheres em diferentes categorias de ocupações e também apoiar a transição das mulheres para o mercado de trabalho. Existe, ainda, um vasto campo para a troca de ideias sobre como os BRICS têm procurado remover barreiras financeiras para fornecer ensino a grupos pobres e marginalizados, bem como reformar instituições educacionais para torná-las mais responsivas às necessidades de formação de populações menos desfavorecidas.

Recomendação 10: Estabelecer um ponto central para compartilhar informações e dados sobre a cooperação para o desenvolvimento na educação.

A criação de um ponto central como esse ajudaria o BRICS a aumentar o impacto de sua assistência para o desenvolvimento, identificar áreas de cooperação (por exemplo, por meio de assistência técnica conjunta) e evitar a sobreposição de trabalhos. Esse ponto central poderia ser abrigado na UNESCO, de modo a garantir maior visibilidade e a aprendizagem com base na experiência dos BRICS.

Recomendação 11: Criar um programa/fundo conjunto para apoiar a educação na África.

A África é a região que necessita da maior ajuda para a educação e é um alvo prioritário da cooperação para o desenvolvimento entre os BRICS. Um fundo conjunto poderia ser abrigado na UNESCO (como ocorre com o Fundo IBSA no PNUD) e poderia iniciar com um ou dois programas-piloto. Onde for relevante, esses programas também poderiam se basear na capacidade técnica dos BRICS.

À medida que os planos avançam na direção do estabelecimento do Banco de Desenvolvimento dos BRICS, esses países deveriam considerar estender seu mandato para além da infraestrutura, para apoiar outros setores – como a educação – centrais para o desenvolvimento econômico inclusivo e humanitário.

Recomendação 12: Comprometer-se com o apoio conjunto para a educação.

Os BRICS têm o potencial para aumentar de forma significativa o *status* da educação em fóruns internacionais – como as Nações Unidas, o G20 e cúpulas regionais – e, portanto, atrair maior apoio político e financeiro para a educação. Particularmente com a defesa do Acordo de Mascate, que propõe um objetivo mundial e tem como meta a educação pós-2015, os BRICS podem desempenhar um papel decisivo para garantir um compromisso mais forte

com a educação na futura agenda de desenvolvimento. A Declaração de Fortaleza representa uma contribuição importante para esse apoio coletivo, por meio da afirmação dos líderes dos BRICS de “garantir educação equitativa, inclusiva e de qualidade e aprendizado ao longo da vida para todos” (UNESCO, 2014: 71)

1.4 - Políticas Educacionais do Brasil para o BRICS: A importância do Estado na atual conjuntura

Em novembro de 2013, os ministros da Educação dos BRICS se reuniram na sede da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) para discutir, pela primeira vez, oportunidades de cooperação na área de educação. Desenvolvido com a colaboração de especialistas dos cinco países, em 2014, foi publicado um relatório onde se apresenta uma visão geral dos sistemas de educação e das políticas dos membros do BRICS, com destaque para as tendências quanto ao acesso, à qualidade e à equidade, além das prioridades para manter e ampliar os benefícios do crescimento, referentes à Educação. O Relatório demonstra como a combinação de aspirações comuns e diferentes trajetórias de desenvolvimento fornece um contexto rico para a troca de conhecimentos e de lições aprendidas e desenvolvidas.

Linguisticamente falando, o Brasil muito acrescenta ao bloco. Sendo o maior país de Língua Portuguesa do mundo, não é de se espantar a influência e peso estratégico que o mesmo adquire em termos globais.

Cada bloco econômico onde o Português do Brasil se insere é um ambiente rico em oportunidades para a presença e difusão da Língua, ocasionando prestígio, razão pela qual os blocos se mostram ambientes mais propícios para a promoção de línguas muito do que as organizações diplomáticas, em si, nas quais o uso permanece, de certa forma, restrito à documentação da própria organização.

Além dos blocos econômicos, a exemplo do MERCOSUL, IBAS e do próprio BRICS, o Português Brasileiro está presente, também, em entidades como a CPLP, a União Africana, a UNASUL, a OEA, a OEI, a União Postal Internacional, entre outras, no campo das organizações diplomáticas.

Questiona-se: O que queremos, de fato, como insumos econômicos brasileiros? Que tipo de profissional queremos como representantes da nossa língua? É necessário um professor apto apenas à sala de aula, ao mundo ou ambos? Se pretendemos planejar e difundir uma política

linguística mundial, devemos, primeiramente, defender um ensino formal da Língua Portuguesa livre de estereótipos, preconceitos e ideologias. O momento é propício, bem como o cenário. É preciso, pois, maior investimento por parte do Estado e, também, maior engajamento por parte da sociedade pelo qual as políticas estatais são implementadas. É uma relação intrínseca, onde um depende do outro para alcançar o êxito. Ademais, a Língua, por si só, já é fundadora de princípios.

Capítulo 2 – Educação, Desenvolvimento e Direitos Humanos

A Educação e os mecanismos que nela estão inseridos podem influenciar ou ditar o desenvolvimento por meio do conhecimento. Para se desenvolver, o domínio de informação e o conhecimento (seja ele prático ou teórico) são as bases mínimas (e também primordiais) que influenciam o homem. “Por educação estamos tratando do ato de educar, orientar, acompanhar, nortear, mas também o de trazer de ‘dentro para fora’ as potencialidades do indivíduo” (GRINSPUN, 1996: 98). Nesse sentido, o papel do Estado é, mais uma vez, o de fornecer subsídios públicos mínimos e de qualidade para todos os indivíduos em sua coletividade (crianças, jovens e adultos), contribuindo assim para a crescente valorização social e individual dos mesmos. Assim, este capítulo apresenta primeiramente a importância do desenvolvimento como fator de motivação e ampliação das esferas de atuação, bem como a dimensão adquirida pelo conceito quando posto em prática. Em seguida, no segundo tópico, se descreve as características culturais oriundas da interação entre o aprendizado e a criatividade. Trata-se, em linhas gerais, de defender a liberdade individual criativa de agir sob a coletividade. O terceiro tópico aborda a discussão acerca do impacto econômico na agenda desenvolvimentista e releva o papel exercido pelos protagonistas no que tange à agenda política.

2.1 – Desenvolvimento como Transformação

Segundo a ONU, o desenvolvimento pode ser entendido como:

“(...) processo econômico, social, cultural e político abrangente, que visa o constante incremento do bem-estar de toda a população e de todos os indivíduos com base em sua participação ativa, livre e significativa no aprimoramento e na distribuição justa dos benefícios daí resultantes”. (NAÇÕES UNIDAS, 195).

Em outras palavras, pode-se compreender que o conceito se baseia na realização das potencialidades humanas, seja na invenção cultural, política e econômica.

Segundo Furtado (1980), por exemplo, o conceito de desenvolvimento compreende a ideia de crescimento, superando-a. Ou seja, desenvolver, na visão de Furtado, sugere uma expansão acompanhada de mudanças estruturais desatadas pelo processo de acumulação de capital e por inovações tecnológicas.

Lopes (2005), por sua vez, vê o desenvolvimento sob três níveis diferentes: individual, institucional e social. O primeiro trata da possibilidade dos indivíduos de se inserirem num processo contínuo de aprendizagem, a partir dos conceitos e habilidades já existentes e que se expandem em novas direções quando surgem novas oportunidades. O segundo também projeta o aprimoramento de iniciativas e habilidades já existentes, ao passo que em vez de tentar construir novas instituições, os governos precisam se dedicar aos mecanismos já existentes, buscando encorajá-los a crescer, ainda que num primeiro momento esses objetivos ainda não tenham causado o efeito esperado. O terceiro, por fim, abrange a necessidade da sociedade como um todo em possibilitar aos indivíduos exercer e expandir suas capacidades. Um exemplo seria criar tipos de oportunidades no setor público que oferecessem aos indivíduos utilizar e expandir suas capacidades ao máximo. Sem tais oportunidades, as habilidades pessoais se esgotariam e ficariam obsoletas.

Para Sen (2000), o conceito de desenvolvimento está relacionado à coordenação estreita entre o Estado e o mercado industrial, por meio do prisma de custos (aquilo de que os Estados estão decididos a abrir mão) e benefícios (certamente mais eficazes quando planejados em longo prazo, refletido diretamente sob a agenda econômica através da elevação das rendas privadas, financiamentos e intervenção governamental ativa).

Há um consenso geral, entre estes autores, que reconhece como principal responsável ao incremento do desenvolvimento a competência dos governos em seguir modelos políticos e quadros institucionais para assegurar sua completa (e eficaz) implementação. Também se reconhece que os países menos desenvolvidos “difícilmente atingirão suas metas de desenvolvimento (ou mesmo poderão fazer progressos significativos) sem a constante interação e apoio mútuo entre a sociedade e o Estado” (FURTADO, 1980).

Já sob o ponto de vista histórico, nos países desenvolvidos, esse processo de evolução social ocorreu através de sua própria dinâmica e com insumos e determinações conjunturais. Seguindo esta lógica, o processo que se mostra mais natural e também mais concreto nas

sociedades é o desenvolvimento visto como transformação. Isto implica, conseqüentemente, em fomentar processos mais ligados ao âmbito interno, valendo-se da riqueza do conhecimento e das capacidades locais como forma de expansão e também como recurso para o alcance de metas e objetivos que o país almeja.

Cada Estado segue sua agenda interna, sendo esta baseada em seu próprio modelo de função e objetivo. Neste caso, nada mais justo do que demandar cada vez mais a implementação de mecanismos que garantam um processo de aprendizado cooperativo e cumulativo, tipicamente recíproco, que garanta o desempenho (ou capacidade) de sobreviver e se desenvolver em condições muitas vezes difíceis e/ou conflituosas. A partir do momento em que os países se transformam, eles precisam desenvolver, automaticamente, diferentes capacidades (SEN, 2000).

Nesse sentido, segundo a definição de Lopes (2005), a capacidade é entendida “(...) simplesmente como a habilidade de desempenhar funções, resolver problemas e definir e atingir objetivos” (LOPES, 2005: 86).

Sen (2000) reforça:

As razões para adotar uma abordagem múltipla do desenvolvimento tornaram-se mais claras em anos recentes, em parte como resultado das dificuldades enfrentadas e dos êxitos obtidos por diferentes países ao longo das últimas décadas. Essas questões relacionam-se estreitamente à necessidade de equilibrar o papel do governo – e de outras instituições políticas e sociais – com o funcionamento dos mercados. (SEN, 2000: 151).

Dessa forma, para que os países e sociedades aprimorem suas capacidades internas, devem almejar mais do que simplesmente expandir as aptidões individuais, como também implementar, aprimorar e manter os estímulos e oportunidades necessárias para as pessoas exercerem essas aptidões e, conseqüentemente, alcançarem maior dinamismo e espaço no cenário mundial.

O desenvolvimento de capacidades, portanto, acontece não apenas em indivíduos, mas também entre eles, nas instituições e redes que criam – por meio do que foi denominado “capital social”, que mantém as sociedades unidas e determina os termos dessas relações. (LOPES, 2005: 87).

Por fim, ambas as reflexões sugerem que o desenvolvimento está intrinsecamente relacionado a mecanismos de existência de oportunidades para sua realização. Estes mecanismos são primordiais e determinantes no que tange à superação de problemas e para o avanço econômico e social dos países que estão em fase de desenvolvimento.

2.2 - A Abordagem Cultural

O debate acerca do desenvolvimento demanda, sem dúvida, uma breve reflexão a respeito da cultura. O contato ininterrupto com uma maior diversidade de bens culturais pode enriquecer substancialmente a qualidade de vida dos membros de uma coletividade. Todavia, uma vez aplicado de forma indiscriminada, pode inibir expressões de criatividade e desfragmentar as características culturais de um povo, conforme destaca Furtado (1984): “Em uma época de intensa comercialização de todas as dimensões da vida social, o objetivo central de uma política cultural deveria ser a liberação das forças criativas da sociedade. Não se trata de monitorar a atividade criativa e sim de abrir espaço para que ela floresça.” (FURTADO, 1984: 32). E continua:

Necessitamos de instrumentos para remover os obstáculos à atividade criativa, venham eles de instituições venerandas que se dizem guardiãs da herança cultural, de comerciantes transvertidos de mecenas ou do poder burocrático. Trata-se, em síntese, de defender a liberdade de criar, certamente a mais vigiada e cotada de todas as formas de liberdade. Portanto, essa terá que ser uma conquista do esforço e da vigilância daqueles que creem no gênio criativo de nosso povo. A política de desenvolvimento deve ser posta a serviço do processo de enriquecimento cultural. (FURTADO, 1984: 32).

Tal abordagem reforça a afirmação de que conviver, dialogar e interagir com as diversidades encontradas em diferentes culturas constitui fator de grande relevância no mundo. É como se, de fato, independentemente do modelo cultural, os indivíduos não só utilizam, como também contribuem e investem para o intercâmbio social uns com os outros. Essa forma de interatividade constitui um dos elos principais que predominam a agenda contemporânea dos analistas de relações internacionais.

A questão do “intercâmbio cultural” diz respeito também ao poder esmagador que uma cultura pode exercer sobre a outra, seja através da tradição ou do estilo de vida (a exemplo da ocidental), em ditar e modificar comportamentos e costumes sociais tradicionais. Para Sen (2000), essa é uma ameaça realmente grave e não deve ser posta de lado.

O mundo contemporâneo é dominado pelo Ocidente e, embora a autoridade imperial dos antigos governantes do mundo tenha declinado, o domínio ocidental permanece tão forte como antes – sob alguns aspectos, mais forte do que nunca, especialmente nos aspectos culturais. O sol nunca se põe no império da *Coca-Cola* e da *MTV*. (SEN, 2000: 274)

A reflexão levantada por Sen aborda um tema muito relevante: até que ponto o intercâmbio cultural entre as sociedades favorece ou atrapalha a identidade nacional? Quem ganha ou quem perde neste cenário? Estaríamos, de fato, diante de um “choque de civilizações?”

Para Huntington (1997), não só estaríamos vivendo este choque como também sendo influenciados e subordinados a ele. Dessa forma, o choque de civilizações constitui, segundo o autor, a maior ameaça à paz mundial, uma vez que as populações estão se definindo a partir de seus costumes, suas origens, religião e idioma.

O Ocidente foi a única dentre as civilizações que exerceu um impacto grande – e, por vezes, devastador – sobre cada uma das outras civilizações. Em consequência, a relação entre o poderio e a cultura do Ocidente e o poderio e a cultura das outras civilizações é a característica mais generalizada do mundo das civilizações. À medida que cresce o poder relativo das outras civilizações, a atração da cultura ocidental diminui e os povos não-ocidentais têm cada vez mais confiança nas suas respectivas culturas indígenas e se dedicam mais a elas. O problema fundamental nas relações entre o Ocidente e o resto é, consequentemente, a disparidade entre os esforços do Ocidente – especialmente dos Estados Unidos – para promover uma cultura ocidental universal, e a sua decrescente capacidade para fazê-lo. (HUNTINGTON, 1997: 227)

Tal ponto leva-nos a salientar, todavia, que a interdependência também pode ter um caráter benéfico ao ponto de favorecer o desenvolvimento. Para tanto, as mudanças tecnológicas, por exemplo, fornecem transformações que não ampliam apenas a capacidade de desenvolvimento das estruturas sociais de cada país, como também a vida dos indivíduos integrados nessa mudança (FURTADO, 1984).

Primeiro, o mundo da comunicação e do intercâmbio modernos requer educação e qualificação profissional básicas. Enquanto alguns países pobres do mundo têm alcançado um progresso extraordinário nessa área (países do Leste e Sudeste Asiático são bons exemplos disso), outros (como os do sul da Ásia e os da África) tenderam a ficar para trás. A equidade de oportunidades culturais e econômicas pode ter imensa importância em um mundo globalizado. Esse é um desafio conjunto para o mundo econômico e o mundo cultural. (SEN, 2000: 276).

Dessa forma, de acordo com a abordagem acima, nem sempre a difusão cultural configura como um aspecto ruim para os que estão inseridos no processo. Na verdade, a

percepção de perdas e ganhos varia bastante dependendo do contexto e da perspectiva onde é demandado (SEN, 2000).

2.3 – A Abordagem Econômica

A partir do momento em que o homem transforma o mundo, ele avança, também, na realização de suas próprias potencialidades. Assim o conceito de desenvolvimento está relacionado ao aprimoramento humano, conforme é evidenciado por Furtado (1984):

Uma vez que a ideia de desenvolvimento refere-se diretamente à realização das potencialidades do homem, é natural que ela contenha, ainda que apenas implicitamente, uma mensagem de sentido positivo. As sociedades são consideradas desenvolvidas na medida em que nelas o homem mais cabalmente logra satisfazer suas necessidades, manifestar suas aspirações e exercer seu gênio criador. A preocupação com a morfogênese social deriva dessa outra ideia simples de que é mediante a invenção e implementação de novas estruturas sociais que se cumpre o processo de desenvolvimento. (FURTADO, 1984: 105).

Nesta abordagem, o autor nos permite compreender que o processo de desenvolvimento humano compreende, certamente, inúmeros fatores. O principal deles está ligado basicamente ao modelo de produção industrial que cada país possui (ou está apto a possuir). Nesse sentido, as políticas econômicas empreendidas pelo Estado tornam-se muito importantes para examinar as transações de mercado entre as sociedades e avaliar o papel decisivo que a economia exerce no papel das transformações do desenvolvimento.

A discussão acerca do impacto da globalização econômica e de seus protagonistas internacionais (incluindo os organismos intergovernamentais de cooperação e as agências de financiamento internacional, por exemplo), vem ganhando crescentes adeptos em todo o contexto mundial. Nesta agenda, o ponto em questão normalmente se refere à forma de como as economias menores podem minimizar as disparidades em relação às economias desenvolvidas e diminuir a distância industrial que há entre elas. A diferença, nesta abordagem, ocorre justamente a partir das formas de como o Estado vê e trata do problema.

Certamente, todos esses pontos fornecem enormes justificativas, por parte dos Estados, para os gastos públicos nos setores prioritários de desenvolvimento econômico e social. Todavia, esses investimentos podem, em certos casos, desestimular os esforços individuais e distorcer as iniciativas locais próprias, uma vez que o conhecimento necessário ou a capacidade

técnica para a implementação do processo é baixa ou praticamente nula em determinados países onde ocorre o investimento. (SEN, 2000)

Para que ocorra o efetivo êxito econômico, aliado ao crescimento na implementação de políticas públicas essenciais ao ser humano, o Estado deve agir conjunta e exclusivamente com o indivíduo (que, na verdade, é o sujeito da ação), delimitando assim os pontos de prudência fiscal e políticas de incentivo.

A importância do Estado em atuar conjuntamente com o indivíduo é um dos pontos que Sen (2000) aborda.

(...) dados os benefícios da educação básica compartilhados pela comunidade, que podem transcender os ganhos da pessoa que está recebendo a educação, a educação básica pode conter também um componente de bem público (e pode ser vista como um bem semi-público). As pessoas que recebem educação obviamente se beneficiam com isso, mas, adicionalmente, uma expansão geral da educação e alfabetização em uma região pode favorecer a mudança social, além de ajudar a aumentar o progresso econômico que beneficia também outras pessoas. O alcance efetivo desses serviços pode requerer atividades cooperativas e a provisão pelo Estado ou autoridades locais. O Estado tem, com efeito, desempenhado um papel fundamental na expansão da educação básica em todo o mundo. A rápida disseminação da alfabetização na história dos países hoje ricos (no Ocidente, no Japão e no restante da Ásia) baseou-se no baixo custo da educação pública combinado a seus benefícios públicos compartilhados. (SEN, 2000: 154).

Capítulo 3 – Políticas Públicas Educacionais e o Desenvolvimento Humano

Neste capítulo final, aborda-se a relevância que as políticas governamentais educacionais adquirem ao enfocarem o desenvolvimento como fator de maximização da produtividade interna. Inicialmente, o trabalho demonstra de que forma a cidadania está efetivamente ligada ao padrão educacional, agindo assim como um mecanismo promotor da democracia. Em seguida, estuda-se como a agenda internacional dos direitos humanos se baseia quando há a interferência de organismos externos que agem substancialmente como reguladores ou promotores de mecanismos governamentais em extensão aos padrões do Estado.

3.1– Políticas Públicas Educacionais: a Cidadania posta em prática

A questão da cidadania refere-se sumariamente ao ato de respeitar e participar das decisões sociais e políticas visando à melhoria da qualidade de vida das sociedades (seja individual ou coletiva). Os valores democráticos, neste caso, devem ser primeiramente divulgados através de instituições de ensino e meios de comunicação públicos, para toda a sociedade.

A cidadania é notoriamente um termo associado à vida em sociedade. Sua origem está ligada ao desenvolvimento das póleis gregas, entre os séculos VIII e VII a.C. A partir de então, tornou-se referência aos estudos que enfocam a política e as próprias condições de seu exercício, tanto nas sociedades antigas quanto nas modernas. Por outro lado, as mudanças nas estruturas socioeconômicas, incidiram, igualmente, na evolução do conceito e da prática da cidadania, moldando-os de acordo com as necessidades de cada época. (FILHO, 2005:01).

Certamente, um dos maiores desafios que a cidadania impõe à educação consiste na construção de um projeto que não só contemple, como também respeite e dinamize as diferenças particulares dos indivíduos (MELLO, 1993).

Ainda no contexto das políticas públicas educacionais, a cidadania pode ser vista como uma questão legítima, constituída como reflexo direto da educação, ao passo que fornece subsídios necessários para a constante manutenção e incremento das iniciativas democráticas. O modelo educativo, neste caso, age no sentido de orientar e organizar a prática cidadã, dotando-a de conteúdos e de uma visão crítica para entender a cultura, a sociedade e os vínculos sociais que a constitui.

Brandão (2004) reforça a importância do ensino como subsídio ao aprimoramento social e intelectual:

Também é finalidade da Educação Superior incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e tecnologia e da criação e difusão da cultura, desenvolvendo desse modo o entendimento do homem e do meio em que vive. Cabe à Educação Superior promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou outras formas de comunicação. (BRANDÃO, 2004: 68 e 69)

A Educação Superior também deve suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar sua correspondente

concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração, assim como estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com ela uma relação de reciprocidade. Por último, a Educação Superior tem a finalidade de promover sua extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição. (BRANDÃO, 2004: 68 e 69)

Dessa forma, pode-se dizer que o amplo mecanismo de satisfação e constante regulamentação, por parte dos instrumentos públicos, é reforçado a partir do momento em que se verifica uma relação de reciprocidade tanto por parte das instituições (formuladores) como do indivíduo (receptores). Essa relação tende a se tornar ainda mais notável quando é favorecida por instituições e/ou organismos externos que agem diretamente sob o problema em questão. Esses atores são de fundamental notoriedade para a agenda dos Estados e caracterizam-se como organizações que podem vir a dinamizar as políticas educacionais implementadas pelo Estado ao passo que atuam em diferentes esferas de análise e variam de acordo com a lógica do problema estudado.

3.2 – Aplicação no contexto Externo: A atuação de Organismos Internacionais

Um dos principais aspectos no debate contemporâneo sobre as mudanças nos sistemas de ensino refere-se diretamente ao papel que os Organismos Internacionais vêm desempenhando, tanto na condição de observadores quanto na de financiadores, no processo de reformas educativas de países em desenvolvimento (a exemplo da América Latina). O BM (Banco Mundial), como o mais notório desses Organismos, tem sido o principal proponente dos programas educacionais que os governantes locais têm implementado nas últimas décadas. Todavia, outros organismos, a exemplo da UNESCO (Programa das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) também têm se preocupado em produzir estudos que apontam para as reformas educacionais direcionadas aos países.

Uma vez observada a crescente influência que esses agentes externos vêm exercendo perante os países, bem como na gestão dos direitos humanos, cabe aqui analisar a participação desse organismo ao longo de seus anos de existência e apontar o sentido de suas transformações no que tange ao setor educacional, bem como refletir sobre as mudanças

necessárias para que se reconheça, efetivamente, estas organizações como estruturas voltadas para a promoção do desenvolvimento humano em escala mundial.

3.2.1- UNESCO

Fundada em 1945, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura tem lutado sem trégua pelo acesso de todos à educação, tal como está declarado em sua Constituição. “A educação é indispensável para que as pessoas possam exercitar os demais direitos fundamentais” assim lembrou, em dezembro de 2003, o diretor-geral, Koichiro Matsuura, por ocasião da celebração do Dia dos Direitos Humanos. "Somente aquele que sabe o valor dos direitos é que pode impor sua observância". Pode-se salientar que os indivíduos não podem exercer nenhum direito civil, político, econômico ou social sem ter recebido o mínimo de educação.

A UNESCO em sua missão histórica busca fortalecer, em articulação com os governos e a sociedade civil, o debate com profissionais e especialistas sobre o novo papel da gestão educativa em seus diversos níveis, quais sejam, no âmbito dos Ministérios da Educação e das Secretarias Estaduais e Municipais ou órgãos correspondentes e também das escolas.

Além das ações de âmbito regional, a UNESCO frequentemente se apoia em parcerias com outros organismos internacionais, como a USAID (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional) ou Bancos Internacionais de Desenvolvimento (BM), como forma de financiar ou apoiar atividades de grande importância e que exigem o intercâmbio de experiências.

As delegações permanentes perante a UNESCO garantem a comunicação entre os governantes dos Estados Membros e o Secretariado da Organização. Atualmente, são 180 delegações permanentes perante a UNESCO, além de 4 observadores permanentes e 9 organizações intergovernamentais com missões de observadores permanentes perante a UNESCO.

Essas delegações permanentes são lideradas por pessoas com status diplomático (geralmente com o posto de embaixador). Quando alguma delegação agenda uma reunião com a UNESCO, a visita recebe status oficial recepcionada diretamente pelo Diretor-Geral da Organização.

O direito à educação é um direito fundamental e o foco central das atividades da UNESCO. No entanto, no mundo ainda há muitas crianças que nunca foram à escola: em 1999 havia 103 milhões de crianças fora da escola e hoje são 75 milhões (dados de 2006 do Instituto de Estatísticas da UNESCO -UIS). São 773.954 milhões de jovens e adultos analfabetos, dos quais 64% são mulheres (dados de 2006 - UIS). Diante dessas cifras aterradoras surge um projeto ambicioso: oferecer a Educação para Todos (EPT) daqui até 2015. Levando-se em conta a comprovada experiência da UNESCO no campo da educação, a comunidade internacional a encarregou de coordenar o programa EPT e de manter a dinâmica coletiva criada no Fórum Mundial sobre a Educação, realizado em Dacar (Senegal), em abril de 2000.

Ademais, dentre os objetivos do desenvolvimento do milênio, proposto pela ONU (e citado aqui anteriormente), está a meta de alcançar a universalização completa do ensino fundamental, como forma de não só melhorar os índices de alfabetismo dos países, como também elevar a dimensão do desenvolvimento humano em todas as suas bases.

Os progressos realizados podem ser verificados anualmente nos relatórios de monitoramento global de EPT. Desde o Fórum de Dacar e da criação do programa de EPT tem havido avanços, sobretudo na universalização da educação primária, que vem progredindo lentamente: a cada ano, o número de crianças sem escolaridade diminui em média de 1 milhão. Ao ritmo atual, a taxa mundial de escolaridade primária não ultrapassará 87% em 2015. Em muitos países árabes e no Paquistão, continua sendo inferior a 70%. Entre 1998 e 2001, alguns países de baixos ingressos conseguiram melhorar o acesso à educação primária em 15%, assim como a equiparação entre os gêneros, a alfabetização de adultos e a qualidade da educação. Bangladesh, Brasil, Chile, Egito, Senegal, Sirilanka e Sul da África têm incrementado o acesso à educação primária, têm atingido a equiparação entre os gêneros e têm se esforçado para melhorar a qualidade da educação. Isso prova que a EPT pode progredir rapidamente, incluindo os países menos desenvolvidos, desde que haja a vontade necessária e políticas de educação adequadas. Apesar das inúmeras barreiras que dificultam a maximização direta desses objetivos, é notável a dimensão social e institucional com o qual a UNESCO tem efetivamente posto em prática ao longo de sua criação. Na América Latina, por exemplo, as iniciativas educacionais têm mostrado resultados bastante significativos e otimistas.

Ainda de acordo com o relatório de monitoramento global, o Brasil encontra-se agora próximo de atingir a universalização do ensino fundamental. Com relação às escolas desse tipo de ensino, o problema brasileiro consiste mais na qualidade que na universalidade, uma vez que um quinto das crianças que concluem a quarta série não alcançaram ainda um nível adequado

de habilidades de leitura ou de cálculos matemáticos. A repetência e a evasão são comuns. Os professores, frequentemente, são insuficientemente qualificados, e seus salários são muito baixos em comparação com a importância do trabalho desempenhado por eles. O analfabetismo ainda é alto em meio à população adulta. Atualmente, três outros desafios merecem consideração especial: o acesso à educação pré-escolar, a questão das desigualdades no acesso à educação e a melhoria do desempenho do sistema educacional nos níveis médio e universitário. Um maior compromisso com a qualidade e com a permanência das crianças na escola, e também com a equidade em todos os níveis educacionais é de importância máxima. Dada a atual transição na composição etária da população (o bônus demográfico) é de importância crítica que investimentos maiores e melhores sejam agora feitos na educação, em escolas melhores e em melhor aprendizado.

Em sociedades que apresentam altos índices de exclusão social, o papel dos Estados Nacionais é fundamental para alcançar maiores níveis de equidade, competitividade e integração da cidadania. Estes objetivos requerem sustentar novamente a centralidade do público e do político. Faz-se necessária a revalorização do Estado como administrador e gestor de políticas públicas democratizantes. Isto requer dos funcionários públicos a capacidade de liderança, de regulamentação e impulso e compromisso ético-político. Os processos de transformação educativa devem ser entendidos neste contexto. (UNESCO, 2000: 34).

Assim, diante dessa situação, a UNESCO continuará dando prioridade aos objetivos mundiais em educação. Seja nos aspectos inter ou intra-estatais, o papel das entidades nacionais, assim como dos organismos internacionais se faz constantemente presente e necessário para a gestão dos sistemas educativos.

Com respeito aos organismos internacionais, cabe-lhes a missão de colaborar para a constituição de redes de apoio e assistência técnica aos processos de transformação, tentando superar as propostas homogeneizantes pensadas a partir de outros contextos e assumindo a diversidade de situações que a região apresenta. Assim mesmo, é fundamental fazer uma revisão das propostas que se centram unicamente no investimento em livros e tecnologias, recuperando a importância dos educadores como agentes de mudança e a centralidade de incrementar o investimento em recursos humanos. (UNESCO, 2000: 35).

CONCLUSÃO

O objetivo deste trabalho, além de oferecer uma nova perspectiva analítica sobre o assunto, foi analisar conjuntamente a importância dos mecanismos políticos educacionais de desenvolvimento humano no contexto do BRICS fazendo um panorama a partir da década pós-Guerra Fria, por meio da atuação do Estado e uma comparação com o contexto da Globalização contemporânea.

A percepção do modelo de política posta em prática pelo Estado, visto mais como um processo de gradual transformação, resultou em um maior conhecimento de como a educação pode ser otimizada e também utilizada para a ampliação da capacidade humana em sua total dimensão.

A elaboração deste trabalho foi significativamente relevante para o entendimento de como a relação entre atores locais e externos pode contribuir para a viabilização do avanço educacional e humanitário de uma nação. É necessário agora avaliar os caminhos percorridos para, em seguida discutir e delinear, da melhor maneira possível, o que se espera da educação pública nos próximos anos.

Ao longo das últimas décadas, muito se falou sobre a importância da educação para se construir um país economicamente dinâmico e autossustentável e com uma sociedade mais justa e eficiente. Todavia, este modelo ideal de sociedade só será alcançado se todos, independentemente de etnia, religião e nacionalidade (ou todos os demais aspectos que integram uma cultura) trabalharem e cooperem no sentido de alcançarem seu pleno reconhecimento político, social e, principalmente, humano.

Ao Estado, cabe enxergar essa totalidade como uma única (e notável) parcela integrante de sua estrutura e demais blocos de atuação, tendo como responsabilidade maior o papel de implementar, aprimorar e verificar o reflexo de suas políticas públicas sob a população.

Com relação ao BRICS, constata-se que, apesar dos enormes avanços já adquiridos até o momento, ainda é preciso, de fato, a elaboração de políticas mais otimistas e responsáveis por parte dos agentes (visivelmente eficazes), e uma preocupação/avaliação mais concisa por parte da sociedade civil, tanto sob o ponto de vista de quem recebe como para quem executa as ações. O que mais traz divergências quanto esses aspectos é exatamente sua aplicação, ou seja, o contexto em que é demandado. Tudo varia; no sentido de que o que pode servir num certo contexto, não tem validade no outro, e vice-versa.

Uma das dificuldades a serem consideradas foi, sem dúvida, a falta de bases centrais e legais acerca do BRICS, como um todo (o que é compreensível, devido à sua recente concretização). De fato, como agrupamento, o BRICS tem um caráter necessariamente informal. Não possui um documento constitutivo, não funciona com um secretariado fixo e (ainda) não tem fundos específicos que financiem suas atividades. E foi exatamente esse caráter, essencialmente legítimo e não “concreto” do bloco que, de certa forma, incidiu negativamente sob a metodologia e análise dos resultados, no que diz respeito à proposta e objetivo inicial da pesquisa. Ainda assim, devido ao rápido grau de institucionalização que o bloco vem adquirindo e que está se definindo à medida que os cinco países intensificam sua interação, a pesquisa não foi totalmente prejudicada, apenas parcialmente.

A educação e os direitos humanos, em quaisquer que seja o contexto, representam o elemento fundamental para a elaboração de um projeto de transformação social e de desenvolvimento individual. A educação por si só não é suficiente para levar uma nação ao pleno desenvolvimento econômico e social, mas concentra os recursos necessários (e também primordiais) para a sua realização. A revolução e valorização do conhecimento e o avanço tecnológico no mundo atual pressionam os países em desenvolvimento a, cada vez mais, implementar reformas institucionais e revisões curriculares que garantam a eficiência e satisfação plena do mercado. Daí que entra a importância do Estado como agente gestor desse desenvolvimento.

Além de os direitos humanos necessitarem de determinadas estruturas, eles também requerem certas crenças, valores e atitudes a serem adotados pelos cidadãos comuns, algo como uma cultura de direitos humanos. A cultura não é, contudo, uma entidade estática. Muito pelo contrário, ela é eminentemente dinâmica. As sociedades sofrem modificações ao longo da história, assim como seus aspectos culturais.

Finalmente, para internacionalizarmos a cultura brasileira precisamos internacionalizar, também, a sua gestão, construindo e difundindo, passo a passo, de maneira responsável, conjunta e definida, a sua cadeia linguística, cultural, social, bem como a coordenação estratégica de seu prestígio mundial, reconhecendo a oportunidade de pensar e tratar a cultura como insumo econômico, com efeito. Uma vez observado e preparado o terreno, tornar-se-á o Brasil nosso veículo motor para o (re)estabelecimento de (novas) relações político-econômicas e culturais no cenário mundial.

BIBLIOGRAFIA

- BERNAL-MEZA, Raúl. RPBI, n2 1999. **Políticas exteriores comparadas de Argentina e Brasil rumo ao Mercosul.**
- BERTUSSI, Guadalupe T. PUIGGRÓS, Adriana. FRANCO, Maria Aparecida Ciavatta (Org). **Estudos Comparados e educação na América Latina** / Guadalupe T. Bertussi, Adriana Puiggrós, Maria Aparecida Ciavatta Franco (Organizadora). – São Paulo: Livros do Tatu: Cortez, 1992. – (Educação hoje e amanhã).
- BIANCHETTI, Roberto G. – **Modelo Neoliberal e Políticas Educacionais.** 2º edição – Coleção Questões da Nossa Época, vol. 56 – 1999.
- BRANDÃO, Carlos da Fonseca. **Estrutura e Funcionamento do Ensino** / Carlos da Fonseca Brandão. – São Paulo: Avercamp, 2004.
- CATANI, Afrânio Mendes. **Universidade na América Latina:** tendências e perspectivas / Afrânio Mendes Catani (org.) – São Paulo: Cortez, 1996. (Coleção questões da nossa época; v. 60)
- CHOSSUDOVSKY, Michel, 1942 – **A Globalização da Pobreza:** impactos das Reformas do FMI e do Banco Mundial / Michel Chossudovsky; tradução de Marylene Pinto Michael. – São Paulo: Moderna. 1999
- CNPEPI . **Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional** - CNPEPI : (2 : Rio de Janeiro : 2007). Seminário América do Sul : América do Sul. - Brasília : Fundação Alexandre de Gusmão, FUNAG - 2008.
- DEVOTO, Fernando J. FAUSTO, Boris. **Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada** (1850-2002) / Boris Fausto e Fernando J. Devoto; traduzido por Sérgio Molina. – São Paulo: Ed. 34, 2004.
- FILHO, Cyro de Barros Rezende. NETO, Isbard de Albuquerque Câmara. Artigo: **A Evolução do Conceito de Cidadania.** Departamento de Ciências Sociais e Letras. Universidade de Taubaté. 2005.
- FUNAG. Fundação Alexandre Gusmão. **O Brasil e a América do Sul:** desafios no século XXI / Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2006. 150p. (Coleção América do Sul)
- Fundação Alexandre Gusmão. Mesa-redonda: **O Brasil, Os BRICS e a Agenda Internacional** / Apresentação do Embaixador José Vicente de Sá Pimentel. -- Brasília : FUNAG, 2012.

FURTADO, Celso. **Cultura e Desenvolvimento em Época de Crise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984

FURTADO, Celso. **O Desenvolvimento: Visão Global**. Pequena Introdução ao Desenvolvimento: Enfoque Interdisciplinar. São Paulo: Ed. Nacional, 1980.

FURTADO, Celso. **Pequena Introdução ao Desenvolvimento: Enfoque Interdisciplinar**. São Paulo: Ed. Nacional, 1980

GRINSPUN, Míriam Paura. (1996), "**Avaliação da Educação, Cidadania e Trabalho**", *Ensaio*, Rio de Janeiro, v. 4, nº 10, jan/mar.

HOBBSBAWN, Eric J. 1917. **Era dos Extremos: o breve século xx: 1914-1991**/ Eric Hobsbawn; tradução Marcos Santarrita; revisão técnica Maria Paoli. – São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUNTINGTON, Samuel. **Um mundo de Civilizações**. A Política Mundial das Civilizações. O Choque de Civilizações. Rio de Janeiro: Objetiva: 2000.

KRAWCZYK, Nora Rut. WANDERLEY, Luiz Eduardo. (Orgs). **América Latina: Estado e reforma numa perspectiva comparada** / Atilio A. Boron... [et. al.] / Nora Rut Krawczyk e Luiz Eduardo W. Wanderley – São Paulo: Cortez, 2003.

LIMA, Maria Regina Soares de; COUTINHO, Marcelo Vasconcelos. (Orgs). **A Agenda Sul- Americana: Mudanças e Desafios no Início do Século XXI** - Maria Regina Soares de Lima; Marcelo Vasconcelos Coutinho (org.). FUNAG – 1997, Brasília - DF

LOPES, Carlos. **Desenvolvimento como Transformação**. Cooperação e Desenvolvimento Humano – A agenda emergente para o novo milênio. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

MARTINS, Clélia. **O que é Política Educacional**. Segunda edição, 1999: Editora Brasiliense. Coleção Primeiros Passos vol. 282.

MELLO, Guiomar Namó de. **Social democracia e Educação: teses para discussão** / Guiomar Namó de Mello, 3. Ed. – São Paulo: Cortez, 1993. – (Coleção Questões da Nossa Época; v. 22).

NAÇÕES UNIDAS. **Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento**. Assembleia Geral. 1986.

PERONI, Vera. **Política Educacional e o papel do Estado: no Brasil dos anos 1990** / Vera Maria Vidal Peroni. – São Paulo: Xamã, 2003.

RODRIGUES, Neidson. **Estado, educação e desenvolvimento econômico** / Neidson Rodrigues – São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1984.

SAVIANI, Dermeval, 1944-. **Ensino Público e Algumas falas sobre Universidade** / Dermeval Saviani – 5. Ed – São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991. – (Coleção polêmicas do nosso tempo; v. 10).

SCHWARTZ, Bertrand. **A Educação, amanhã: um projeto de educação permanente**; tradução de Paulo Rosas. Petrópolis, Vozes, 1976.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000

SEN, Amartya. **Os Fins e os Meios do Desenvolvimento**. Desenvolvimento como Liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SGUISSARDI, Valdemar e SILVA Jr., João dos Reis (orgs). **Políticas Públicas para a Educação Superior**, organizado por Valdemar Sguissardi e João dos Reis Silva Jr. Piracicaba: Editora UNIMEP, 1997.

TOMMASI, Livia de, WARDE, Mirian Jorge, HADDAD, Sérgio. (Orgs.) - **O Banco Mundial e as Políticas Educacionais** – Livia de Tommasi, Mirian Jorge Warde, Sérgio Haddad (Orgs.) – PUC-SP- São Paulo – SP: Cortez, 1996

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **BRICS - Construir a Educação para o Futuro**. Prioridades para o desenvolvimento nacional e a cooperação internacional. Brasília: 2014.

UNESCO. Série Educação; 4 - **Formação de Recursos Humanos para a Gestão Educativa na América Latina**: Informe do fórum realizado no IPE. Buenos Aires, 11-12 nov., 1998 / tradução de Célia Leal da Costa Genovez. – Brasília: UNESCO, 2000. 65p.

VELLOSO, Jacques (org). **O Ensino Superior e o MERCOSUL** – Rio de Janeiro: Garamond, 1998.